

Eugênio Pacelli

André Callegari

Curso de  
**DIREITO  
PENAL**

Parte Geral

**7<sup>a</sup>**

Edição

---

revista  
atualizada  
ampliada

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** SBNigri Artes e Textos Ltda. ([sbnigri@centroin.com.br](mailto:sbnigri@centroin.com.br))

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 7.ª edição.

P115c Pacelli, Eugênio.  
Curso de Direito Penal - Parte Geral / Eugênio Pacelli e André Callegari 7. ed. rev.  
atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
720 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-957-1.

1. Direito Penal. 2. Direito penal Brasil. I. Pacelli, Eugênio. II. Callegari, André. III. Título.

CDU 343

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

<b>TÍTULO I – FUNDAMENTOS .....</b>	<b>29</b>
<b>I O DIREITO PENAL NO ESTADO DE DIREITO .....</b>	<b>31</b>
<b>I – Direito e Direito Penal .....</b>	<b>31</b>
1 Considerações introdutórias .....	31
2 Positivismo e Direito Penal .....	34
<b>II – Direito Penal e Estado de Direito.....</b>	<b>37</b>
<b>III – As bases para a interpretação do Direito Penal.....</b>	<b>40</b>
1 A vinculação constitucional .....	40
2 Proporcionalidade e sua dupla face .....	42
<b>IV – A dogmática penal.....</b>	<b>45</b>
<b>II FUNÇÕES DO DIREITO PENAL E O BEM JURÍDICO.....</b>	<b>49</b>
1 Funções da pena e funções do Direito Penal .....	49
2 O bem jurídico como objeto de proteção .....	51
3 Conceito e funções .....	53
4 Para além e/ou no entorno do bem jurídico .....	58
5 Evolução e síntese .....	60
<b>II – Teorias da pena .....</b>	<b>63</b>
1 Teorias retributivas.....	66
1.1 Considerações críticas .....	68
2 Teoria da expiação.....	71
3 Teorias preventivas.....	72
3.1 Teoria da união dialética, em Claus Roxin.....	74
3.2 A concepção de Günther Jakobs .....	75
3.3 Síntese crítica e a legislação nacional.....	77

4	As teorias que desconstróem a legitimidade da pena.....	80
5	As medidas de segurança .....	81
<b>III BALIZAMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>		<b>83</b>
<b>I – Sistemas penais .....</b>		<b>83</b>
1	A importância do sistema na dogmática penal .....	83
1.1	Considerações iniciais.....	83
1.2	A construção e a necessidade do sistema jurídico .....	85
2	Sistemas penais .....	88
2.1	O sistema clássico ou causal: Von Liszt e Beling.....	88
2.2	O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo .....	90
2.3	O sistema da ação final de Hans Welzel.....	91
2.4	O funcionalismo .....	94
2.4.1	Antecedentes e referências gerais.....	94
2.4.2	O funcionalismo penal.....	96
2.4.3	O sistema funcional teleológico de Roxin .....	97
2.4.4	O modelo sistêmico de Jakobs e também seu Direito penal do inimigo.....	99
2.4.5	Direito penal de velocidades?.....	103
3	Considerações conclusivas .....	105
<b>IV A ESTRUTURAÇÃO DOS PRINCÍPIOS.....</b>		<b>115</b>
<b>I – Princípios/postulados fundamentais .....</b>		<b>115</b>
1	A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal .....	115
2	Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral .....	118
2.1	A potencialidade lesiva (concreta) da conduta.....	120
3	O princípio da insignificância.....	121
4	O princípio da legalidade e a reserva legal.....	126
4.1	A proibição de analogia <i>in malam partem</i> .....	128
5	A irretroatividade da lei penal .....	129
6	Legalidade estrita e taxatividade.....	130
7	Princípio da legalidade e Medidas Provisórias.....	132
8	Princípio da dignidade humana .....	133
9	Princípio da responsabilidade pessoal.....	135
<b>TÍTULO II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO.....</b>		<b>137</b>
<b>V AS NORMAS PENAIS .....</b>		<b>139</b>
<b>I – As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos .....</b>		<b>139</b>

1	As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário.....	140
2	Normas penais não incriminadoras .....	144
3	Normas (ou leis?) penais em branco .....	145
4	Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais .....	150
5	Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes.....	155
<b>VI</b>	<b>INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO .....</b>	<b>157</b>
<b>I</b>	<b>A interpretação e o intérprete.....</b>	<b>157</b>
<b>II</b>	<b>A proibição do excesso e o Direito Penal .....</b>	<b>159</b>
<b>III</b>	<b>A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal.....</b>	<b>163</b>
<b>IV</b>	<b>A analogia em matéria penal .....</b>	<b>165</b>
<b>VII</b>	<b>LEIS PENAIS NO TEMPO .....</b>	<b>169</b>
<b>I</b>	<b>Vigência, validade e eficácia.....</b>	<b>172</b>
<b>II</b>	<b>Irretroatividade e retroatividade da lei penal.....</b>	<b>175</b>
1	Aplicação parcial de leis no tempo.....	176
2	Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo.....	179
<b>III</b>	<b>A <i>abolitio criminis</i> .....</b>	<b>180</b>
1	Retroatividade benéfica da jurisprudência .....	182
<b>IV</b>	<b>Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade .....</b>	<b>184</b>
<b>V</b>	<b><i>Vacatio legis</i>.....</b>	<b>185</b>
<b>VI</b>	<b>Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema .....</b>	<b>186</b>
<b>VII</b>	<b>O tempo do crime .....</b>	<b>191</b>
<b>VIII</b>	<b>Os prazos no Direito Penal .....</b>	<b>192</b>
<b>VIII</b>	<b>LEIS PENAIS NO ESPAÇO .....</b>	<b>193</b>
<b>I</b>	<b>Lugar do crime .....</b>	<b>193</b>
<b>II</b>	<b>Territorialidade.....</b>	<b>194</b>
<b>III</b>	<b>Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares .....</b>	<b>196</b>
<b>IV</b>	<b>Imunidades materiais e imunidades processuais .....</b>	<b>197</b>
1	Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo.....	200
<b>V</b>	<b>A extraterritorialidade.....</b>	<b>201</b>
1	Princípios gerais.....	202
2	Extraterritorialidade incondicionada .....	204

3	Extraterritorialidade condicionada .....	206
	<b>VI – Pena cumprida no estrangeiro .....</b>	<b>208</b>
	<b>VII – Extradicação .....</b>	<b>210</b>
	<b>VIII – Tribunal Penal Internacional .....</b>	<b>213</b>
	 <b>TÍTULO III – TEORIA DO DELITO .....</b>	 <b>217</b>
	 <b>IX O CONCEITO DE CRIME .....</b>	 <b>219</b>
	<b>I – Princípio do <i>NE BIS IN IDEM</i> .....</b>	<b>222</b>
	<b>II – Conceito de crime .....</b>	<b>222</b>
1	Conceito formal .....	222
2	Conceito material .....	223
3	Conceito analítico ou dogmático .....	224
	<b>III – Definições importantes .....</b>	<b>224</b>
1	Título do delito .....	224
2	Tipo penal.....	225
3	Bem jurídico.....	225
	<b>IV – Classificação das infrações penais .....</b>	<b>228</b>
1	Crime e contravenção .....	228
2	Classificação doutrinária .....	229
2.1	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos .....	229
2.2	Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria .....	230
2.3	Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade.....	231
2.4	Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes.....	232
2.5	Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão) .....	234
2.6	Crimes de dano e de perigo.....	236
2.7	Crime exaurido .....	237
2.8	Crimes simples e complexos .....	238
2.9	Crimes qualificados e privilegiados .....	239
2.10	Crimes progressivos e progressão criminosa.....	239
2.11	Crime doloso, culposo e preterdoloso .....	240
2.12	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	241
2.13	Crime habitual .....	241
2.14	Crimes uniofensivos e pluriofensivos .....	241
	<b>V – Os requisitos do fato punível.....</b>	<b>242</b>
1	Conduta .....	242

2	Tipicidade.....	242
3	Antijuridicidade.....	243
4	Culpabilidade.....	243
	<b>VI – Da conduta .....</b>	<b>244</b>
1	Considerações gerais.....	244
2	Teorias da ação.....	245
2.1	Teoria causal da ação.....	245
2.2	Teoria finalista da ação.....	246
2.3	Teoria social da ação .....	248
3	Formas de conduta .....	249
3.1	Comissiva .....	250
3.2	Omissiva .....	250
3.2.1	Omissiva própria.....	250
3.2.2	Omissiva imprópria ou comissiva por omissão.....	250
4	Da ausência de conduta.....	251
5	A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	252
5.1	Introdução .....	252
5.2	Culpabilidade da pessoa jurídica.....	255
5.3	Dolo e culpa .....	256
5.4	Aplicação da pena.....	256
5.5	Direito brasileiro.....	257
	<b>VII – Da relação de causalidade.....</b>	<b>259</b>
1	Da conduta, do resultado e do nexa causal.....	259
2	Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições ( <i>conditio sine qua non</i> ) .....	261
2.1	Concausas.....	263
2.1.1	Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito .....	263
2.1.2	Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito.....	263
3	Causalidade e omissão própria .....	265
4	Causalidade e omissão imprópria .....	265
5	Crime comissivo de resultado e a teoria da imputação objetiva do resultado .....	267
6	Teoria da causalidade adequada .....	268
	<b>VIII – Considerações sobre a teoria da imputação objetiva .....</b>	<b>270</b>
1	Material de casos .....	270
2	Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva.....	272
2.1	Fórmula.....	272
2.2	Evolução.....	273
2.3	Interrogantes .....	274
3	Linhas básicas da teoria da imputação objetiva .....	275

3.1	Exposição.....	275
3.2	Imputação do comportamento.....	276
3.3	A imputação objetiva do resultado.....	286
4	Algumas conclusões.....	291
<b>IX – Tipo e tipicidade.....</b>		<b>293</b>
1	Considerações iniciais.....	293
2	Distinções importantes.....	294
2.1	Tipo e tipicidade.....	294
2.2	Tipo legal e tipo de injusto.....	295
2.3	Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude.....	296
2.4	Tipicidade conglobante.....	296
3	Funções do tipo.....	297
4	Elementos do tipo.....	298
4.1	Objetivos.....	298
4.2	Subjetivos.....	299
5	Formas de adequação típica.....	299
6	Causas excludentes de tipicidade.....	300
6.1	Princípio da adequação social.....	300
6.2	Princípio da insignificância.....	301
<b>X – Do dolo.....</b>		<b>303</b>
1	Considerações iniciais.....	303
2	Elementos do dolo.....	303
2.1	Elemento intelectual.....	303
2.2	Elemento volitivo.....	304
3	Teorias do dolo.....	304
3.1	Teoria do consentimento ou da aprovação.....	304
3.2	Teoria do assentimento.....	305
3.3	Teoria do conhecimento.....	305
3.3.1	Teoria da representação.....	306
3.3.2	Teoria da probabilidade.....	306
4	Espécies de dolo.....	307
4.1	Dolo direto.....	307
4.1.1	Dolo direto de segundo grau.....	307
4.2	Dolo eventual.....	309
4.3	Preterdolo.....	309
5	Dolo e pena.....	310
<b>XI – Da culpa.....</b>		<b>310</b>
1	Considerações iniciais.....	310
2	Espécies.....	314
2.1	Culpa consciente.....	314
2.2	Culpa inconsciente.....	315
3	Formas de manifestação.....	316



3.1	Imprudência.....	316
3.2	Negligência.....	317
3.3	Imperícia.....	317
4	O crime culposo e o princípio da confiança no Direito Penal.....	317
5	Observações finais.....	320
<b>XII – A tentativa.....</b>		<b>321</b>
1	O <i>iter criminis</i> ou também denominado caminho do crime.....	321
2	Teorias sobre o início da execução. Considerações.....	324
2.1	Teoria formal-objetiva.....	324
2.2	Teoria objetivo-material.....	324
2.3	Teoria objetivo-subjetiva.....	324
3	Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....	326
3.1	Teoria objetiva.....	326
3.2	Teoria subjetiva.....	327
3.3	Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão.....	327
4	Elementos da tentativa.....	327
5	Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta.....	328
5.1	Tentativa inacabada ou imperfeita.....	328
5.2	Tentativa acabada, perfeita ou crime falho.....	328
5.3	Tentativa cruenta e tentativa incruenta.....	329
6	Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa.....	329
6.1	Crimes culposos.....	329
6.2	Crimes preterdolosos.....	331
6.3	Crimes unissubsistentes.....	331
6.4	Crimes omissivos puros.....	331
6.5	Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio.....	332
7	O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17.....	333
7.1	Teorias.....	337
<b>XIII – Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....</b>		<b>339</b>
1	Introdução.....	339
2	Desistência voluntária.....	340
3	Voluntariedade da desistência.....	341
4	Consequências da desistência voluntária.....	341
5	Arrependimento eficaz.....	342
6	Consequências do arrependimento eficaz.....	342
7	Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?.....	343
8	Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz.....	343
9	Arrependimento posterior – art. 16, CP.....	344
10	Requisitos.....	344

<b>XIV – Erro de tipo</b> .....	<b>345</b>
1 Introdução e conceito – art. 20, CP.....	345
2 Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental .....	347
3 Erro de tipo nas leis penais em branco.....	348
4 Discriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP.....	348
5 Erro provocado por terceiro – art. 20, § 2º, CP .....	349
6 Erro acidental.....	351
7 Erro sobre objeto – <i>error in objecto</i> .....	351
8 Erro sobre pessoa – <i>error in persona</i> .....	351
9 Erro na execução – <i>aberratio ictus</i> .....	352
10 Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i> .....	353
<b>XV – Antijuridicidade</b> .....	<b>353</b>
1 Antijuridicidade e injusto.....	355
2 Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	355
3 Estado de necessidade.....	357
3.1 Conceito.....	357
3.2 Requisitos do estado de necessidade.....	358
3.3 Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo.....	363
<b>XVI – Legítima defesa</b> .....	<b>363</b>
1 Agressão (atual ou iminente) injusta .....	364
1.1 Direito próprio ou alheio.....	368
1.2 Utilização moderada dos meios necessários.....	369
1.3 Consciência da situação justificante (elemento subjetivo).....	372
<b>XVII – Estrito cumprimento do dever legal</b> .....	<b>373</b>
1 Exercício regular do direito.....	374
2 Intervenções médicas e cirúrgicas.....	376
3 Violência esportiva.....	376
4 Ofendículos.....	377
5 Consentimento do ofendido .....	377
6 Causas justas, supraleais? .....	377
<b>XVIII – Culpabilidade</b> .....	<b>380</b>
1 Conceito.....	380
2 Teorias da culpabilidade .....	381
2.1 Concepção psicológica da culpabilidade.....	381
2.1.1 Críticas .....	382
2.2 Concepção normativa da culpabilidade .....	383
2.3 Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo.....	385
3 Elementos da culpabilidade .....	386
3.1 Imputabilidade.....	386
3.1.1 Conceito de imputabilidade .....	386

3.1.2	Causas de exclusão da imputabilidade.....	387
3.1.3	Crítérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade.....	387
3.1.4	Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	387
3.1.5	Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade .....	388
3.1.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade.....	389
3.2	Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP .....	389
3.3	Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.....	390
3.3.1	Conceito .....	390
3.3.2	Fases da embriaguez .....	390
3.3.3	Divisão da embriaguez.....	391
3.3.4	Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez acidental.....	391
3.3.5	Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez acidental.....	392
3.4	<i>Actio libera in causa</i> – (ação livre na causa) .....	392
3.4.1	Explicação .....	392
3.5	Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP.....	393
3.5.1	Erro e desconhecimento da lei.....	393
3.5.2	Erro de proibição direto e erro de proibição indireto .....	394
3.5.3	Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável .....	395
3.5.4	Descriminantes putativas.....	396
3.6	Inexigibilidade de conduta diversa.....	396
3.6.1	Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa .....	398
3.6.2	Coação moral irresistível .....	398
3.6.3	Obediência hierárquica.....	399
<b>XIX – Concurso de pessoas.....</b>		<b>400</b>
1	Introdução .....	400
2	Autoria. Teorias e conceito de autor .....	400
2.1	Conceito unitário de autor .....	400
2.2	Conceito restritivo de autor .....	401
2.3	Teoria objetivo-formal .....	401
2.4	Teoria objetivo-material .....	402
2.5	Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação .....	402
2.6	Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva .....	403
3	Coautoria.....	404
3.1	Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas.....	405
3.1.1	O organizador.....	405

	3.1.2	O que subjuga a vítima.....	406
	3.1.3	O motorista.....	406
4		Autoria mediata.....	407
5		Participação e teorias.....	409
	5.1	Teoria da acessoriedade máxima.....	410
	5.2	Teoria da acessoriedade mínima.....	410
	5.3	Teoria da acessoriedade limitada.....	410
	5.3.1	Espécies de participação.....	411
	5.3.2	Instigação.....	411
	5.3.3	Cumplicidade ou auxílio.....	412
6		Autoria, participação e delito culposos.....	412
7		Autoria e participação nos delitos omissivos.....	414
	7.1	Autoria colateral.....	415
8		Teorias.....	416
	8.1	Monística ou unitária.....	416
	8.2	Dualística.....	416
	8.3	Pluralística.....	416
9		Requisitos do concurso de pessoas.....	417
	9.1	Pluralidade de condutas.....	417
	9.2	Relevância causal das condutas.....	418
	9.3	Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes.....	418
	9.4	Identidade de infração.....	418
10		Cooperação dolosamente distinta.....	419
11		Participação de menor importância.....	420
12		Participação impunível.....	420
13		Circunstâncias incomunicáveis – art. 30, CP.....	420
	13.1	Circunstâncias objetivas.....	421
	13.2	Circunstâncias subjetivas.....	421
	13.3	Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime.....	422
14		Participação e arrependimento.....	422
15		Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal.....	423
	15.1	Colocação do problema.....	423
	15.2	Delitos especiais próprios e impróprios.....	424
	15.3	Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin.....	425
	15.4	A coautoría nos delitos de infração de dever.....	426
	15.5	Autoria mediata nos delitos de infração de dever.....	429
	15.5.1	Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente.....	429
16		Conclusão.....	431
	16.1	Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria.....	432

<b>X DO CONCURSO DE CRIMES.....</b>	<b>437</b>
<b>I – Notas introdutórias.....</b>	<b>437</b>
<b>II – Unidade e pluralidade de ações.....</b>	<b>438</b>
<b>III – O concurso material (ou real).....</b>	<b>440</b>
<b>IV – O concurso formal (ou ideal).....</b>	<b>443</b>
<b>V – O crime continuado.....</b>	<b>447</b>
1 Classificações e definições conceituais.....	447
2 Os critérios objetivos do <i>caput</i> do art. 70, CP.....	453
2.1 Crimes da mesma espécie.....	453
2.2 As condições de espaço, tempo e meios de execução.....	454
2.3 Outras condições semelhantes.....	455
3 Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos.....	455
4 Crimes culposos.....	458
5 Lei nova e crime continuado.....	458
6 Aplicação da pena e prescrição.....	459
<b>XI O CONCURSO APARENTE DE NORMAS.....</b>	<b>461</b>
<b>I – Introdução.....</b>	<b>461</b>
1 A especialidade.....	464
2 A subsidiariedade.....	465
3 A consunção.....	467
4 Considerações finais.....	472
<b>TÍTULO IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME.....</b>	<b>477</b>
<b>XII POLÍTICA CRIMINAL E A PENA PÚBLICA.....</b>	<b>479</b>
<b>I – De passagem pelos modelos de política criminal.....</b>	<b>479</b>
1 Breve retrospectiva histórica.....	479
1.1 Teoria das janelas partidas (quebradas) e tolerância zero.....	484
2 Considerações gerais.....	486
<b>II – O sistema penal brasileiro.....</b>	<b>491</b>
<b>III – Revisitando a pena pública.....</b>	<b>495</b>
1 Apontamentos.....	495
2 Funções e teorias legitimadoras da pena.....	498
<b>IV – Das espécies de pena.....</b>	<b>503</b>
1 Da pena privativa da liberdade (ver alterações trazidas pela Lei 13.964/19, art. 50 e art. 52 da LEP, e novos prazos de progressão de regime).....	504

1.1	Pena de reclusão, de detenção e prisão simples .....	504
1.2	O regime fechado.....	509
1.3	O regime semiaberto.....	510
1.4	O regime aberto.....	512
1.5	Direitos do preso .....	514
1.6	Da detração .....	515
2	Das penas restritivas de direito.....	518
2.1	Considerações gerais e introdutórias.....	519
2.2	Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP) .....	522
2.3	Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP).....	523
2.4	Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP).....	524
2.5	Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP).....	525
2.6	Da limitação de fim de semana.....	526
3	Da pena de multa.....	527
	<b>V – Aplicação da pena .....</b>	<b>529</b>
	<b>VI – Da sua individualização .....</b>	<b>530</b>
1	Considerações gerais.....	530
2	A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos .....	532
3	Fixação da pena, o pedido e o contraditório .....	535
	<b>VII – A dosimetria da pena: o método trifásico .....</b>	<b>537</b>
1	O cálculo da pena .....	537
2	A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais .....	537
3	Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes.....	545
3.1	Circunstâncias agravantes .....	549
3.2	Circunstâncias atenuantes .....	552
4	Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição.....	554
5	Limite máximo e unificação da pena.....	555
6	O concurso de crimes .....	558
6.1	Concurso material (ou real).....	561
6.2	Concurso formal (ou ideal).....	562
6.3	Crime continuado .....	564
7	<i>Aberratio ictus</i> ou erro na execução .....	565
8	Resultado diverso do pretendido.....	567
9	Outros efeitos da condenação.....	567
9.1	Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação).....	568
9.2	A Lei 13.964/2019 e a gravidade abstrata do crime .....	570
9.3	Efeitos não penais específicos (para determinados crimes) .....	572
9.3.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	572
9.3.2	Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP .....	577
9.4	A necessidade de decisão expressa.....	577
	<b>VIII – Da suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....</b>	<b>577</b>

1	A suspensão ( <i>sursis</i> ) e a substituição da pena privativa da liberdade.....	579
2	Natureza jurídica?.....	580
3	Pluralidade de classificações do <i>sursis</i> .....	582
4	Revogação do <i>sursis</i> .....	582
5	Prorrogação.....	583
	<b>IX – Do livramento condicional .....</b>	<b>584</b>
1	Livramento e execução da pena: cabimento .....	585
2	Natureza jurídica do livramento condicional? .....	587
3	Revogação.....	587
	<b>X – Da reabilitação .....</b>	<b>588</b>
	<b>XI – Da transação penal .....</b>	<b>589</b>
	<b>XII – Da suspensão condicional do processo .....</b>	<b>595</b>
	<b>XIII – Alterações da Lei 13.964/2019 na Execução Penal .....</b>	<b>598</b>
	 <b>TÍTULO V – DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EX- TINÇÃO .....</b>	 <b>601</b>
	 <b>XIII DA AÇÃO PENAL.....</b>	 <b>603</b>
	<b>I – Ação penal condenatória e a transação penal.....</b>	<b>603</b>
	<b>II – A pretensão punitiva e o conteúdo do processo.....</b>	<b>606</b>
	<b>III – Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade .</b>	<b>608</b>
1	Ação penal pública .....	610
2	Ação penal privada.....	613
3	Ação penal (privada?) subsidiária da pública.....	617
	 <b>XIV DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....</b>	 <b>619</b>
	<b>I – Considerações gerais.....</b>	<b>619</b>
	<b>II – Fatos extintivos da punibilidade .....</b>	<b>622</b>
1	Pela morte do agente.....	622
2	Pela anistia, graça ou indulto .....	623
2.1	Anistia.....	623
2.2	Graça .....	626
2.3	Indulto.....	628
3	Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso ( <i>abolitio criminis</i> ).....	629
4	Pela prescrição, decadência ou preempção.....	630
4.1	Prescrição .....	630
4.1.1	A prescrição: conceito e fundamentos .....	630

4.1.2	Pretensão punitiva e pretensão executória .....	632
4.1.3	Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato .....	633
4.1.4	Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente .....	634
4.1.5	Prescrição após o trânsito em julgado.....	636
4.1.6	Prescrição retroativa e prescrição superveniente .....	639
4.1.7	Prescrição em perspectiva e interesse de agir .....	641
4.1.8	Cômputo e contagem dos prazos prescricionais .....	643
4.1.8.1	Regras gerais.....	643
4.1.8.2	Crimes contra a dignidade sexual de menores .....	645
4.1.8.3	Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, concurso material e formal de delitos .....	650
4.1.8.4	No trânsito em julgado .....	653
4.1.9	Redução do prazo prescricional.....	660
4.1.10	Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição.....	663
4.1.10.1	Causas impeditivas.....	664
4.1.10.2	Interrupção da prescrição .....	665
4.1.10.3	Suspensão da prescrição .....	678
4.1.10.4	Imprescritibilidade .....	683
4.1.10.5	Outras questões.....	684
4.2	A decadência .....	688
4.3	A perempção .....	691
5	Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada .....	693
6	Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.....	695
7	Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei .....	698
8	Outras hipóteses de extinção da punibilidade .....	700
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>705</b>